

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 28 de junho de 2011.

Edição nº 716

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Boletins.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	3
Editais.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
---------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de junho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 716

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N.º 2071/2011

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, resolve **REDISTRIBUIR**, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, as atribuições na Promotoria de Justiça Cível de Viamão, na forma que segue:

Promotoria de Justiça Cível de Viamão:

1º Promotor de Justiça: matéria de Saúde Pública (exceto saneamento básico), Cidadania (exceto tutela coletiva do consumidor), Idosos, fiscalização de instituições de abrigo de doentes mentais, drogaditos e idosos;

2º Promotor de Justiça: matéria relativa à 1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis e Improbidade Administrativa;

3º Promotor de Justiça: matéria de Família, Fundações e situações individuais de incapazes.

Esta Portaria vigorará no período compreendido entre 01 de julho e 31 de dezembro de 2011, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Conselho Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de junho de 2011.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JULIO CESAR FINGER,

Procurador-Assessor,

Secretário-Geral do Ministério Público.

PORTARIA N.º 2052/2011

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR**, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, a Portaria n.º 2819/2010, que redistribuiu as atribuições na Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, na forma que segue:

Promotoria de Justiça Cível:

1º Promotor de Justiça: Processos em tramitação na 1ª Vara Cível, Defesa do Consumidor, Defesa do Patrimônio Público, Fundações e Saúde Pública, conforme o preconizado no art. 5º, incisos V, VI, XII e XIII, do Provimento n.º 12/2000, respectivamente.

2º Promotor de Justiça: Processos em tramitação na 2ª Vara Cível, Pessoas Portadoras de Deficiência, Meio Ambiente, Defesa dos Direitos do Idoso e Urbanismo e Habitação, consoante o disposto no artigo 5º, incisos III, IV, XIV e XVIII, do Provimento n.º 12/2000, respectivamente.

Esta Portaria, relativa à prorrogação da disposição outrora firmada, vigorará no período compreendido entre 01 de junho

e 30 de julho de 2011, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Conselho Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de junho de 2011.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JULIO CESAR FINGER,

Procurador-Assessor,

Secretário-Geral do Ministério Público.

BOLETIM N.º 320/2011

O **SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

RETIFICAR

- tendo em vista o que consta no PR.00956.00777/2009-6, a Portaria n.º 0496/2011, para declarar que a designação do Promotor de Justiça, Dr. PAULO EDUARDO DE ALMEIDA VIEIRA, é com efeitos retroativos, para, na condição de representante desta instituição, firmar o segundo termo aditivo ao convênio n.º 033/2009-PGJ (termo de convênio n.º 004/2009 da prefeitura municipal de estância velha), que celebram entre si o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Prefeitura Municipal de Estância Velha, tendo por objetivo a prorrogação da vigência da cedência da Sra. Caroline Schmitzhaus, e não como constou (Port. 1842/2011).

DESIGNAR

- o Dr. EDUARDO CORAL VIEGAS, Promotor de Justiça, para oferecer denúncia, bem como para acompanhar o feito contra Nelson Darlan de Carvalho, com base no Processo n.º 033/2.10.0004700-5, oriundo da Segunda Vara Criminal da Comarca de São Leopoldo, e, em eventual impedimento, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 1686/2011).

- o Dr. LEONARDO GUARISE BARRIOS, Promotor de Justiça, para oferecer denúncia, bem como para acompanhar o feito contra Adilso Lourenço da Silva, com base no Processo n.º 033/2.11.0001272-6, oriundo da Segunda Vara Criminal da Comarca de São Leopoldo, e, em eventual impedimento, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 2048/2011).

- o Promotor de Justiça de entrância final, Dr. PAULO GILBERTO VIEIRA, para, sem ônus para o Estado, em caráter excepcional e sem prejuízo de suas funções ordinárias, atuar nas funções previstas no Provimento n.º 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Jaguarão, até ulterior deliberação (Port. 2065/2011).

- a contar de 28 de junho de 2011, o Dr. CELSO DE ASSIS REMONTI, Promotor de Justiça, ID n.º 3345203, para exercer as funções de Promotor-Assessor (Port. 2082/2011).



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de junho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 716

DECLARAR

- a contar de 28 de junho de 2011, a perda de classificação do Promotor de Justiça Dr. CELSO DE ASSIS REMONTI, ID n.º 3345203, no cargo de 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional da Restinga de Porto Alegre, em virtude de designação para exercer as funções de Promotor-Assessor (Port. 2083/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de junho de 2011.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 321/2011

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 24/06/2011, no cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, LUCIANA BRESOLIN VIEIRA, tendo entrado em exercício em 24/06/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de junho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

EDITAL N.º 164/2011

Resultado do Edital nº 147/2011 – REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00611/2011-3, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº. 147/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de junho de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 165/2011

Resultado do Edital nº 148/2011 – REMOÇÃO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00601/2011-4, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº. 148/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de junho de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 166/2011

Resultado do Edital nº 149/2011 – REMOÇÃO DE ASSESSOR BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00612/2011-1, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº. 149/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de junho de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 035/2011

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00723.00020/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades administrativas e/ou atos ímprobos, além de inércia/omissão da atuação fiscalizatória, decorrente do arquivamento de processos administrativos do setor de licenciamento ambiental da Secretaria Municipal do Meio Am-



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de junho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 716

biente, e do funcionamento de indústrias dos setores produtivos e de serviços, sem a respectiva Licença de Operação (L.O), nos anos de 2010/ 2011, em município.

2) Inquérito Civil, nº 00788.00006/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio da Silva Leiria, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de investigar a regularidade/legalidade na entrega, pelo Poder Executivo local, de presentes às crianças das creches, como ovos de páscoa em 2011, e igual distribuição de mimos na páscoa de 2010, com recurso público e nessa oportunidade o logo da gestão estava impresso, contrariando a necessária proibidade no uso do recurso em atos que, explicitamente, tem o objetivo de enaltecer a imagem de funcionário público de cargo eletivo.

3) Inquérito Civil, nº 00788.00007/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio da Silva Leiria, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de investigar eventuais irregularidades verificadas em relação ao Chamamento Público realizado por município, conforme Edital Nº 129/2009, para prestação de Serviços de Cirurgia Geral (Ambulatorial e Hospitalar), em município.

4) Inquérito Civil, nº 00911.00040/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Márcio Emílio Lemes Bressani, da Promotoria de Justiça de Taquara, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no funcionamento de Conselho Municipal.

5) Peça de Informação, nº 00788.00015/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio da Silva Leiria, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de investigar eventuais irregularidades na veiculação do informativo de Órgão da Administração Pública, distribuído na comunidade, em domicílios e nas instituições públicas e privadas, pelo órgão, contendo fotos dos atuais titulares do Executivo Municipal, que aparecem em várias páginas, configurando promoções pessoais.

6) Peça de Informação, nº 00788.00014/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio da Silva Leiria, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de apurar acidente de trânsito ocorrido em 06.04.2009 com o veículo de transporte escolar de propriedade de Município.

7) Peça de Informação, nº 00788.00016/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio da Silva Leiria, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades em concurso público promovido por Município para provimento de cadastro de reserva do quadro de servidores.

8) Peça de Informação, nº 00788.00017/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio da Silva Leiria, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de apurar questionamentos acerca do Projeto de Lei nº 107/2009.

9) Inquérito Civil, nº 00949.00050/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Marcelo Araujo Simões, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de apurar eventual irregularidade na contratação de empresa para coleta e transporte de lixo, em município.

10) Inquérito Civil, nº 00897.00004/2011, instaurado pelo

Promotor de Justiça em substituição Davi Lopes Rodrigues Junior, da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul, com a finalidade de apurar eventual irregularidade na contratação de empresa para construção de bueiros, em município e no procedimento licitatório destinado à execução de sanitários.

11) Peça de Informação, nº 00913.00007/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Léo Mário Heidrich Leal, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, com a finalidade de apurar sobre possíveis desvios de alimentos destinados à entidade de Acolhimento Institucional, por Secretário, em meados do ano de 2010, em município.

12) Inquérito Civil, nº 00806.00003/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa, praticado, em tese, por servidora municipal, no âmbito de Secretaria Municipal, no decorrer do ano de 2010, em município.

13) Inquérito Civil, nº 00943.00008/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão, com a finalidade de apurar possível cobrança irregular de taxas por Fundação Hospitalar entre os anos de 2009 e 2010, em município.

14) Inquérito Civil, nº 00754.00057/2011, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Sônia Madalena Silveira Bonilla, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, com a finalidade de apurar possível prática de ato de improbidade administrativa, em decorrência da utilização indevida de verbas de Secretaria Municipal.

15) Inquérito Civil, nº 00754.00058/2011, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Sônia Madalena Silveira Bonilla, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na utilização de verbas públicas provenientes da Administração Pública Estadual por parte de Hospital, em município.

16) Inquérito Civil, nº 00754.00059/2011, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Sônia Madalena Silveira Bonilla, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, com a finalidade de apurar possível irregularidade na contratação sucessiva, em caráter emergencial, de profissionais que desempenham função de necessidade permanente da Administração Pública.

17) Inquérito Civil, nº 00754.00061/2011, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Sônia Madalena Silveira Bonilla, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, com a finalidade de apurar possível ocorrência de ato de improbidade administrativa em decorrência do não atendimento de solicitação de informações por parte de Câmara Municipal.

18) Inquérito Civil, nº 00879.00004/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Jocelaine Dutra Pains, da Promotoria de Justiça de São Borja, com a finalidade de apurar supostas irregularidades na contratação, com dispensa de licitação, de empresa para realizar a gestão dos resíduos sólidos em município, conforme denúncia protocolada nesta Promotoria de Justiça por empresa privada.



19) Inquérito Civil, nº 00815.00012/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Juliana Maria Giongo, da Promotoria de Justiça de São Borja, com a finalidade de apurar eventual irregularidade na contratação de caminhão basculante, nos anos de 2010 e 2011, por município, a fim de apurar eventual lesão ao patrimônio público e/ou prática de ato de improbidade administrativa.

20) Inquérito Civil, nº 00721.00008/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa, devido a enriquecimento ilícito, ocorrido, em município.

21) Inquérito Civil, nº 00864.00093/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no edital do Concurso para o provimento de cargos para a ESF (Estratégia de Saúde da Família).

22) Inquérito Civil, nº 00864.00094/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades nas licitações de transporte escolar.

23) Inquérito Civil, nº 00711.00055/2011, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Alessandra Moura Bastian da Cunha, da Promotoria de Justiça de Alegrete, com a finalidade de apurar possível prática de atos de improbidade administrativa por parte de policiais militares, em município.

24) Inquérito Civil, nº 00711.00056/2011, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Alessandra Moura Bastian da Cunha, da Promotoria de Justiça de Alegrete, com a finalidade de apurar possível prática de atos de improbidade administrativa por parte de policiais militares, em município.

25) Inquérito Civil, nº 00917.00015/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Simão Baran Junior, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar possível existência de fraude em concurso público, em município.

26) Inquérito Civil, nº 01223.00014/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa relacionados com a aquisição de ambulâncias, transporte escolar, pagamentos de horas extraordinárias, pagamentos de RPAs e uso de retroescavadeira, na Administração Municipal.

27) Inquérito Civil, nº 00754.00071/2011, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Sônia Madalena Silveira Bonilla, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, com a finalidade de apurar possível omissão do Poder Público Municipal no recolhimento de animais soltos e/ou abandonados nas vias públicas.

28) Inquérito Civil, nº 00864.00098/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar má conservação das paradas de ônibus.

29) Inquérito Civil, nº 00827.00006/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rudimar Tonini Soares, da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado, com a finalidade de apurar a ocorrência de parcelamento irregular de dívidas e gestão fiscal de Município.

30) Inquérito Civil, nº 00827.00007/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rudimar Tonini Soares, da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado, com a finalidade de apurar a probidade administrativa na contratação de empresas terceirizadas por parte dos Poderes Municipais.

31) Inquérito Civil, nº 00827.00009/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rudimar Tonini Soares, da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado, com a finalidade de apurar a probidade administrativa do processo de licitação para contratação de empresa para coleta de resíduos sólidos em Município.

32) Inquérito Civil, nº 00827.00010/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rudimar Tonini Soares, da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado, com a finalidade de apurar a regularidade da contratação de empresas terceirizadas, por Município, para prestação de serviços de construção civil.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de junho de 2011.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 04/2011 - CAOIJ

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

1) Inquérito Civil nº 00773.00012/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomano Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, com o objetivo de averiguar “possível creche irregular”.

2) Inquérito Civil nº 01127.00006/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, para investigar o estabelecimento “Cuida-se de Crianças” no Jardim do Bosque.

3) Inquérito Civil nº 00861.00040/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, para apurar possível frequência de adolescentes e crianças, durante horário escolar, nas dependências de Lan House do Município.



4) Inquérito Civil instaurado através da Portaria nº 09/10, pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, para aferir a não disponibilização de motorista e carro à Secretaria Municipal de Bem Estar Social, prejudicando a efetivação de medidas de proteção da infância e juventude.

5) Inquérito Civil instaurado através da Portaria nº 21/09, pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, para apurar a ausência do exercício pleno de suas atribuições legais por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palmeira das Missões – CMDCA.

6) Inquérito Civil instaurado através da Portaria nº 22/11, pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, com o objetivo de apurar omissões na não fiscalização, inspeção, adequação e autorização dos veículos utilizados ao transporte escolar público de estudantes.

7) Inquérito Civil nº 00802.00003/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Neidemar José Fachineto, da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado, para investigar fornecimento de transporte escolar para os alunos do ensino médio da Comarca.

8) Peça de Informação nº 00783.000031/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, da Promotoria de Justiça de Gravataí, para investigar a venda de bebida alcoólica a adolescente em estabelecimento comercial.

9) Inquérito Civil nº 00745.00019/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Barbosa Fernandes, da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa, para investigar irregular alteração de guarda de adolescente, pelo Conselho Tutelar de Barão.

10) Inquérito Civil nº 00745.00029/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Barbosa Fernandes, da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa, para apurar criação de equipe multidisciplinar de profissionais especializados para atendimento a casos de abuso sexual na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Carlos Barbosa.

11) Inquérito Civil nº 00875.00006/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, para apurar fatos noticiados quanto ao comportamento e irregularidades nos atendimentos prestados por Conselheira Tutelar do Município.

12) Inquérito Civil nº 00875.00008/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, para apurar notícia de carência de recursos materiais do Conselho Tutelar de Caraá e não atendimento, pelo Município, de suas requisições.

13) Inquérito Civil nº 00856.00013/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Fernanda Broll Carvalho, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, para averiguar inexistência de programa executor de medidas socioeducativas em meio aberto.

14) Inquérito Civil nº 00856.00016/2011, instaurado pela

Promotora de Justiça Fernanda Broll Carvalho, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, para apurar as deficiências na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente, existente no Município, em especial no que diz respeito ao atendimento de vítimas de violência.

15) Inquérito Civil nº 00834.00028/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Noara Bernardy Lisboa, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, para investigar as políticas públicas e serviços municipais existentes para atendimento de crianças e adolescentes especiais, principalmente autistas.

16) Inquérito Civil nº 00834.00033/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Noara Bernardy Lisboa, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, para verificar a necessidade de ampliação da capacidade de leitos de UTI Neonatal.

17) Inquérito Civil nº 00834.00034/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jcques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, para averiguar irregularidade ou inadequação na adoção de providências pela 1ª CRE – Seduc/RS, em relação às questões estruturais do prédio da Escola Estadual de Ensino Médio Alberto Torres.

18) Inquérito Civil nº 00864.00062/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, para investigar possível violação dos direitos de crianças e adolescentes atendidos pelo Lar Acalanto e irregularidades na administração.

19) Inquérito Civil nº 00864.00101/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, para apurar possíveis irregularidades na Creche Lua de Cristal.

20) Inquérito Civil nº 00864.00104/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, para averiguar a implementação do programa de Acolhimento Familiar.

21) Inquérito Civil nº 00864.00105/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ivanise Jann de Jesus, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, para investigar redução do nº de professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental Humberto de Campos.

22) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 035/2011, pelo Promotor de Justiça Vinícius de Melo Lima, da Promotoria de Justiça de Torres, para averiguar falta de vagas na Educação Infantil no Município de Três Cachoeiras.

23) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 035/2011, pelo Promotor de Justiça Vinícius de Melo Lima, da Promotoria de Justiça de Torres, para investigar possível ocorrência de assédio sexual praticado por médico pediatra do Posto de Saúde de Três Cachoeiras, a crianças e adolescentes entre dez e quatorze anos, bem como a possível negligência por parte do Secretário Municipal de Saúde de Três Cachoeiras.



24) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 002/2011, pelo Promotor de Justiça Gustavo Burgos de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, com o fim de investigar eventuais irregularidades consistentes na cobrança de valores de alunos, utilização de uniformes e outras infrações administrativas ocorridas na E. E. Professor Pedro José Scher, no Município de São Pedro do Butiá.

25) Inquérito Civil nº 00762.00023/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, para investigar eventual violação aos direitos da infância e da juventude em decorrência de conduta funcional de motorista responsável pela condução de veículo através do qual é prestado serviço de transporte escolar.

26) Peça de Informação instaurada através da Portaria 009/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, para investigar venda/fornecimento de bebida alcoólica a adolescentes em evento promovido no Município.

27) Peças de Informação instauradas através das Portarias 023/2011 e 024/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, designada para atuar no projeto da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Santo Ângelo e Missões, para verificação da aplicação dos recursos na área de educação e assistência social, referente às execuções orçamentárias de 2010 e 2011, nos Municípios de Santo Antônio das Missões e Garruchos, respectivamente.

28) Inquéritos Cíveis instaurados através das Portarias 025/2011 e 026/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, designada para atuar no projeto da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Santo Ângelo e Missões, tendo como objeto o aumento de vagas na educação infantil e como requeridos os Municípios de Santo Antônio das Missões e Garruchos, respectivamente.

29) Inquérito Civil instaurado através da Portaria 034/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, designada para atuar no projeto da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Santo Ângelo e Missões, tendo como objeto "a regularidade do Programa Jovem Digital".

30) Inquérito Civil instaurado através da Portaria nº 27/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, para averiguar venda/ fornecimento de bebida alcoólica a adolescentes.

31) Inquéritos Cíveis instaurado através das portarias 27-/2011, 29/2011, 30/2011, 31/2011, 32/2011 e 33/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, tendo por objeto "atendimento educacional especializado aos alunos portadores de deficiência (art. 208, III, da CF) e implantação de sala de recursos multifuncional adequada nas Escolas Estaduais

dos Municípios de São Luiz Gonzaga, Dezesseis de Novembro, Bossoroca, Caibaté, Mato Queimado, Santo Antônio das Missões, respectivamente".

32) Inquéritos Cíveis instaurado através das portarias 85/2011, 86/2011, 87/2011, 88/2011, 89/2011, 90/2011, 91/2011, 92/2011 e 93/2011 pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, tendo por objeto "inclusão escolar das crianças de 0-5 anos na educação infantil e pré-escola das escolas da rede pública dos Municípios de Cacequi, Capão Cipó, Itacurubi, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Vicente do Sul e Unistalda, respectivamente.

33) Inquérito Civil instaurado através da Portaria 028/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, para averiguar irregularidade no plano de trabalho, para aplicação de recursos públicos (imposto de renda – art. 260 do ECA) pela AABB Comunidade.

34) Inquérito Civil instaurado através da Portaria 035/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, para regularização do funcionamento do ensino médio na Escola Estadual de Ensino Fundamental Herbert de Souza – CASESA – Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Santo Ângelo, inclusive quanto à autorização do Conselho Estadual de Educação.

35) Inquérito Civil instaurado através da Portaria 029/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, para verificar venda/fornecimento de bebida alcoólica à adolescente, e presença de adolescentes em eventos de bebida gratuita.

36) Peças de Informação instauradas através das Portarias 05/2011, 06/2011, 07/2011, 08/2011, 09/2011, 10/2011 e 11/2011, pelo Promotor de Justiça Cláudio Estivallet Junior, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, tendo como objeto "diagnóstico da Educação Infantil elaborado pelo Tribunal de Contas do RS no ano de 2009, com os percentuais de crianças atendidas em creche e pré-escola, nos Municípios de Restinga Seca, Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, São João do Polêsine e Nova Palma, respectivamente".

37) Inquéritos Cíveis nº 00772.00012/2011 e 00772.00015/2011 instaurados pelo Promotor de Justiça Cláudio Estivallet Junior, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, para implantação do Projeto Escola-Luz e formação do Grupo de Apoio às Escolas, nos Municípios de Restinga Seca e Agudo, respectivamente.

38) Inquérito Civil nº 00722.00101/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, para acompanhar a evolução dos casos (crianças e adolescentes) ainda não atendidos pela rede, no que diz com a avaliação e acompanhamento psicológico.

39) Inquérito Civil nº 00718.00023/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, da Promotoria



de Justiça de Bagé, para acompanhar a contratação de um médico neuropediatra pela 7ª Coordenadoria Regional de Saúde.

40) Inquérito Civil nº 00718.00022/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, da Promotoria de Justiça de Bagé, para apurar a situação do programa Família Acolhedora no Município de Bagé.

41) Inquérito Civil nº 00762.00090/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, para apurar eventual lesão aos direitos coletivos da infância e juventude em decorrência de irregularidades relacionadas ao Programa Jovem Digital, desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia Educacional da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, no segundo semestre do ano de 2010.

42) Inquérito Civil nº 00930.00036/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, para investigar situação envolvendo crianças na Creche Raio de Luz.

43) Inquéritos Cíveis ns. 00881.00015/2011 e 00881.00016/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, para investigar e disciplinar a realização de festas de formaturas e outras festividades realizadas/patrocinadas por escolas e ou funcionários de escolas, professores, alunos e seus responsáveis legais, invocando o nome da Escola, em ambiente interno ou externo à Escola, nos Municípios de São Francisco de Assis e Manoel Viana.

44) Inquérito Civil nº 00781.00027/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, da Promotoria de Justiça de Giruá, para fiscalizar o acordo firmado entre o Ministério Público e o Prefeito Municipal de Senador Salgado Filho, com relação à Escola Estadual Guilherme Calzon.

45) Inquéritos Cíveis ns. 00950.00009/2011, 00950.00010/2011, 00950.00011/2011, 00950.00012/2011 e 00950.00013/2011, instaurados pela Promotora de Justiça Bruna Maria Borgmann, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, para averiguar frequência e venda de bebidas alcoólicas a menores de idade por proprietários de bares e casas noturnas no Município.

46) Inquérito Civil nº 00762.00101/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, para apurar eventual omissão do Município de Erechim no que respeita à garantia do acesso de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais aos serviços de saúde, especialmente por ausência de transporte adequado, e, havendo necessidade, adotar as providências extrajudiciais ou judiciais para tal fim.

47) Inquéritos Cíveis ns. 00864.00070/2011, 00864.00071/2011, 00864.00072/2011, 00864.00073/2011, 00864.00074/2011, 00864.00075/2011, 00864.00076/2011 e 00864.00077/2011, instaurados pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, da Promotoria de Justiça

Especializada de Santa Maria, tendo por objeto "inclusão escolar das crianças de 0-5 anos na educação infantil e pré-escola das escolas da rede pública de Dilermando Aguiar, Santa Maria, Itaara, São Martinho da Serra, Silveira Martins, Toropi, Quevedos e São Pedro do Sul, respectivamente".

48) Inquérito Civil nº 000864.00078/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com o fim de fiscalização dos estabelecimentos de tatuagens e piercings relativamente ao cumprimento da proibição de realização desta prática em menores de 18 anos.

49) Inquérito Civil nº 00925.00001/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, da Promotoria de Justiça de Vacaria, para apurar condutas irregulares e infrações administrativas por parte de Conselheira Tutelar de Monte Alegre dos Campos.

50) Inquérito Civil nº 00925.00002/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Só dos Santos Lumertz, da Promotoria de Justiça de Vacaria, para apurar possível prática de infração administrativa prevista no art. 258 da Lei 8.069/90 (ECA).

51) Inquérito Civil nº 00728.00010/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, para apurar a omissão do Município de Cachoeira do Sul e do Estado do RS no atendimento neuropsiquiátrico de crianças e adolescentes, em face da falta de profissionais na 8ª CRS, em atendimento aos art. 4º e 86 e seguintes do ECA.

52) Peça de Informação nº 00748.00104/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para verificar a entrada e permanência de adolescentes em estabelecimentos que explora, o jogo de bilhar.

53) Inquérito Civil nº 00748.00054/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para verificar a entrada e permanência de crianças e adolescentes em estabelecimento que explora jogo.

54) Inquérito Civil nº 00748.00055/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para verificar o descumprimento, pelo estabelecimento "Clube Alternativo", aos direitos fundamentais do adolescente.

55) Inquérito Civil nº 0712.00003/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, da Promotoria de Justiça de Alegrete, em substituição, para apurar irregularidades na estrutura física e técnica oferecida no educandário Escola Estadual de Ensino Fundamental Arthur Hormain.

56) Inquérito Civil nº 00731.00002/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Carolina de Quadros Azambuja, da Promotoria de Justiça de Camaquã, para apurar possível irregularidade na contratação de professores por parte do Município.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de junho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 716

57) Inquérito Civil nº 00731.00003/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Carolina de Quadros Azambuja, da Promotoria de Justiça de Camaquã, para apurar possível deficiência na rede de proteção, consistente de atendimento médico-psiquiátrico às crianças e adolescentes da cidade de Dom Pedrito.

58) Peça de Informação nº 00779.00015/2010, instaurada pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, para apurar possível caso de exploração de incapaz em atividades laborais no Cemitério Municipal de São Vicente do Sul.

59) Inquérito Civil nº 00917.00017/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Simão Baran Júnior, da Promotoria de Justiça de Três Passos, para apurar a falta de vagas em escolas de educação infantil.

60) Inquérito Civil nº 00911.00043/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Lisiane Messerschmidt Rubim, da Promotoria de Justiça de Taquara, para apurar possível venda de bebida alcoólica para adolescentes em bar do Município.

61) Inquérito Civil nº 01134.00001/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça José Olavo Bueno dos Passos, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Pelotas, tendo por objeto "formação e existência de grupos de jovens e adultos com atuação nas escolas dos municípios que compõe a região da Promotoria Regional de Pelotas, praticando condutas ilícitas, prejudicando o desenvolvimento escoreito do Processo Pedagógico".

62) Inquérito Civil nº 01134.00002/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça José Olavo Bueno dos Passos, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Pelotas, para investigar a destinação das verbas que correspondem ao FUNDEB nos municípios que compõe a região da Promotoria Regional da Educação.

63) Inquérito Civil nº 01134.00003/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça José Olavo Bueno dos Passos, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Pelotas, para investigar a violência nas escolas da rede pública do Município de Pelotas, e executar em forma de piloto, de modo a auferir a efetividade prática de estratégias contra essa violência, restaurando relações sociais.

64) Inquérito Civil nº 01134.00005/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça José Olavo Bueno dos Passos, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Pelotas, para investigar a oferta e a efetividade de ensino às Comunidades Quilombolas existentes nos Municípios que compõem a Promotoria Regional de Educação de Pelotas.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de junho de 2011.

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.